

Artigo

Rio+20: Um outro mundo é possível

É a frase, o rumo, a orientação dadas pela presidenta Dilma no Fórum Social Temático (FST) realizado em Porto Alegre no final de janeiro: “Eu considero essencial na Rio+20 discutir um outro paradigma. A função da Rio+20 é colocar entre os governos a questão da crise e como sair dela. Discutir a desigualdade social que atinge os países do Terceiro Mundo e emergentes. O acesso à água. Então vocês discutam os novos paradigmas, se vocês quiserem, anti-capitalistas”. [...]

Os debates foram intensos no Fórum Social Temático de Porto Alegre. Foi construída uma aliança estratégica entre movimentos sociais e populares, povo organizado, ONG's, lideranças sociais e políticas, para levar à Rio+20 ideias e propostas de um outro mundo possível. Como diz a Declaração da Assembleia dos Movimentos Sociais ao final do FST: “nós, povos de todos os continentes, reunidos na Assembleia de Movimentos Sociais, realizada durante o FST Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, lutamos contra as causas de uma crise sistêmica, que se expressa na crise econômica, financeira, política, alimentar e ambiental que se irradia por todas as dimensões, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade”.

Os eixos comuns de luta adotados na Assembleia de Dakar, em 2011, são reafirmados agora em 2012: Lutar contra as transnacionais; luta pela justiça climática e pela soberania alimentar; luta para banir a violência contra a mulher; luta pela paz e contra a guerra, o colonialismo, as ocupações e a militarização de nossos territórios.

Como ações concretas, além da preparação para participar da Rio+20, foi decidido realizar dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, “uma grande jornada de mobilização global contra o capitalismo e em defesa da justiça ambiental e social”. E “fazer entre 18 e 26 de junho, no Rio de Janeiro, uma grande mobilização mundial, com acampamento permanente, uma marcha de um milhão de pessoas e realizando a Cúpula dos Povos”.

2012, portanto, não será um ano de descanso. Como sinalizou o final do discurso da presidenta Dilma: “Os grandes movimentos da humanidade são feitos de ação, mas também de esperança. Foi a esperança que moveu a minha geração, décadas atrás. Hoje, quando olho o caminho percorrido e para os objetivos alcançados, só posso dizer a vocês: valeu a pena. É essa esperança que nos une e nos mobiliza para a Rio+20. É essa esperança que deve sempre nos guiar na busca de um novo modo de vida, inclusivo e sustentável. Sabendo que o papel da sociedade civil será determinante para o êxito da Rio+20, conto com a mobilização, com o engajamento e a presença de vocês no Rio de Janeiro. Eu tenho certeza: UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL”.

Em dois de fevereiro de dois mil e doze.

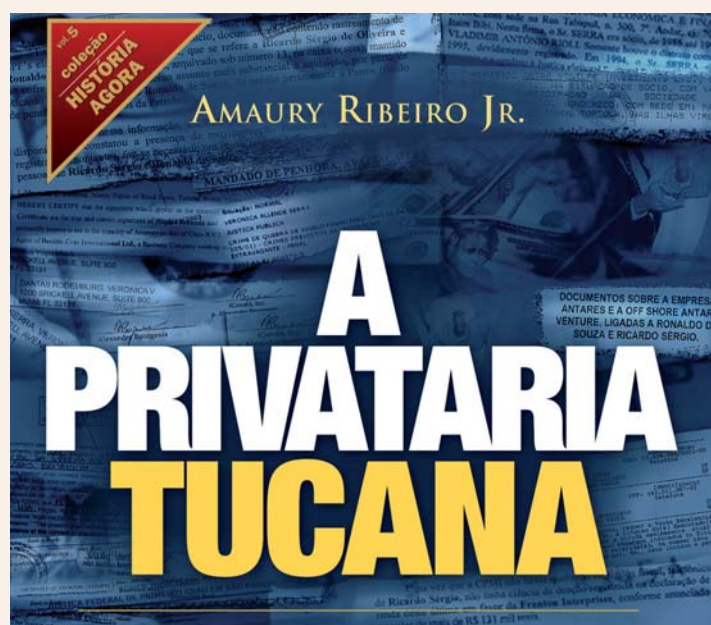
Selvino Heck – Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República

Bancos divulgam lucros e bancários cobram sua parte



Bancários querem mais segurança, empregos e antecipação da PLR (pág. 3)

- Parceria com a Wpós oferece descontos aos associados para investimento em pós graduação (pág. 2)
- Banco do Brasil de Novo Oriente sofre com insegurança. Bancários foram feitos reféns em mais um assalto no dia 30/1. Este foi o 8º ataque a banco em 2012 (pág. 4)
- Sites de bancos sofrem ataques de hackers em protesto contra a corrupção. Febraban e BC também tiveram problemas (pág. 5)
- BNB: reuniões nas agências da Bezerra de Menezes e Gomes de Matos (Montese) colhem demandas do funcionalismo e informam sobre negociações (pág. 6)



Cadastre-se no site e concorra ao livro “Privataria Tucana”

Dois ganhadores já garantiram seus exemplares através de sorteio na Rádio Bancários.

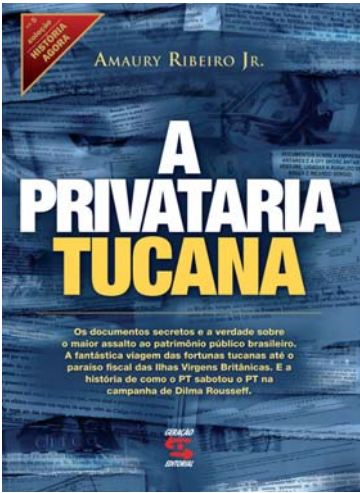
Ainda resta um livro para ser sorteado na Rádio, na próxima sexta-feira, 10/2. Os bancários podem também cadastrarem-se no site para concorrer a mais três exemplares no próximo dia 3/3, às 17h, no sede do Sindicato (pág. 2)

Concorra a exemplares do livro “A Privataria Tucana” no site e na Rádio Bancários

Os ouvintes do programa Rádio Bancários, Raimundo Sobrinho, morador do Bairro de Fátima,e Geovairton Péricles Barroso, do Centro, foram os primeiros ganhadores do livro “A Privataria Tucana”, sorteado pela Rádio Universitária FM. No programa ainda será sorteado mais um exemplar, na próxima sexta-feira, 10/2.

O SEEB/CE sorteia mais três livros no próximo dia 3/3, às 17h, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro).

O livro “A Privataria Tucana”, do jornalista Amaury Ribeiro Jr.,



fala sobre as falcaturas das privatizações do governo Fernando

Henrique Cardoso.

Para concorrer ao sorteio, o bancário sindicalizado deve acessar o site www.bancariosce.org.br e acessar o link do sorteio para se cadastrar. É importante lembrar que cada bancário associado pode concorrer apenas com um cupom.

Já para concorrer ao exemplar que ainda será sorteado na Rádio Bancários, basta ficar atento à programação, que vai ao ar de segunda a sexta, de 7h30 às 8h, na Rádio Universitária (107.9 FM). Os telefones da Rádio Bancários são (85) 3366 7474 ou 3366 7472. É só ligar e concorrer.

CORDEL: QUE PRIVATARIA É ESSA? (Zé Leite Jr.)

O professor do curso de Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), José Leite Jr., escreveu um cordel sobre as denúncias feitas no livro “A Privataria Tucana”, do jornalista Amaury Ribeiro Jr. Zé Leite Jr. é também poeta, ensaísta, artista plástico, tradutor e professor de Esperanto. A Tribuna Bancária divulga aqui o trabalho do escritor. Confira:

A palavra está na moda,
Meu compadre já ouviu?
No jornal sai quase nada,
Rádio pouco repetiu,
E mesmo a televisão,
Mas um novo palavrão
Escandaliza o Brasil.
Mesmo quando a grande imprensa
Se cala e não quer dizer,
O povo não se intimida
E faz a história valer.
Por isso esta poesia
Trata da privataria
Como o povo quer saber.
"Que privataria é essa?"
É a pergunta do momento.
Privataria, compadre,
É um estranho cruzamento:
De um lado privatizar,
De outro piratear,
É esse o entendimento.

Jornalista Élio Gáspari
É o pai dessa expressão,
Que não viu no dicionário
Outra determinação
Para tanta baixaria
E tanta pirataria
Pilhando nossa nação.
Pirata não é de hoje.
Nessa costa brasileira,
Desde o tempo de Cabral
Tremula essa bandeira.
No mastro da caravela,
Em cima já estava ela
Com sorriso de caveira.
Amaury Ribeiro Júnior,
Pesquisando o mesmo tema,
Desenterrou o tesouro
Escondido pelo esquema
Do governo mais sacana:
"Privataria Tucana"
É o nome do sistema.

Em toda pirataria
Existe sempre uma ilha
Onde se enterra a fortuna
Numa praia a longa milha.
É o paraíso fiscal
E o pecado original
Na formação de quadrilha.
No discurso dos tucanos,
Era outra a intenção.
Diziam que as estatais
Eram um peso pra nação.
Melhor seria vender
E depois se converter
O apurado em aplicação.
Aplicação financeira,
Que este poeta não mente.
Aplicação no mercado
Que faz usura com a gente,
Que pega nosso dinheiro,

Despacha pro estrangeiro,
E o país não vai pra frente.

Fingindo modernizar
A riqueza nacional,
Os tucanos renovaram
A velha história naval,
Trazendo a pirataria,
Ou seja, a privataria
No panorama atual.
E como é que funcionava
Essa moderna armação?
Amaury Ribeiro Júnior
Revelou o esquemão.
O dinheiro da pilhagem
Passava pela lavagem
E retornava à nação.
No comando do navio
Que pilhou a nossa terra
Gritava um velho tucano,
Não menos que José Serra:
"Terra à vista, afinal!
É o paraíso fiscal,
Onde o dinheiro se enterra!"

Fernando Henrique Cardoso
Deu a Serra o ministério
Que faz o planejamento.
Debaixo do homem sério,
Um corsário se escondia,
E toda a privataria
Começava o seu império.
Por dez anos sucessivos
Até o ano dois mil,
Mais de sessenta empresas
Se venderam no Brasil.
Seguindo Collor de Mello,
FHC, com o martelo,
Leiloou de modo vil.
A grande imprensa onde estava?
Simplesmente aplaudia
O leilão do patrimônio
Que o brasileiro perdia.
Houve muita convivência,
Corrupção e indecência,
Em toda a privataria.

Esse esquema não poupou
Informações sigilosas
Sobre dados tributários
De famosos e famosas.
Por meio da espionagem
Preparava-se a lavagem
Nas formas mais duvidosas.
Nas Ilhas Virgens Britânicas,
Foi enterrado o tesouro
Que pertence a nosso povo.
Depois todo esse ouro
Fingido de investimento
Voltou pro contentamento
De quem deu todo esse estouro.
Ao longo da nossa história,
Impera a pirataria.

QUE PRIVATARIA É ESSA?



ZÉ LEITE JR.

Não só francês e holandês
Forma essa confraria.
No tempo colonial,
Já vinha de Portugal
A mesma parifaria.

De nossa terra levaram
O pau-brasil e a riqueza
Que está debaixo do chão.
Agiram com esperteza
Contra o índio inocente,
Escravizando essa gente
Em nome da realeza.
Para o trabalho forçado,
Trouxeram a gente africana.
Nos engenhos a amargura
Da plantação de cana
Transformava-se em doçura
Do açúcar e rapadura
Na mesa de quem afana.
No Império esse sistema
Teve continuação.
Quem a terra cultivava
Dela não tirava o pão.
No campo era chibata;
Lá fora a negociata
De algum pirata barão.

Veio o tempo da República,
E o povo trabalhador
Tem conquistado direitos.
O voto tem seu valor,
Muito mais que antigamente,
Mas não falta, minha gente,
Pirata e explorador.
A riqueza da nação
Pertence a quem trabalha.
Chega de privataria
E de viver de migalha.
No mundo do capital
Ser pirata é natural.
Eis aí nossa batalha.
O tesouro desta terra
Ninguém leva, ninguém lava.
Quem cavar esse tesouro
A própria cova então cava.
Privataria tucana...

Nosso povo não se engana:
Se enganou quem enganava.

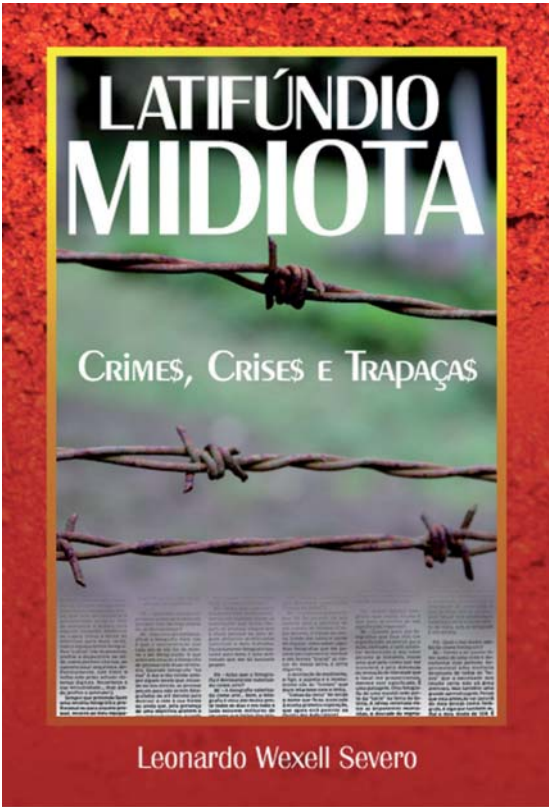
DICA CULTURAL

Latifúndio Midiota busca aprimorar visão crítica dos leitores

Para quem gosta de ler, a Tribuna Bancária sugere o livro “Latifúndio Midiota”. O autor é o jornalista Leonardo Wexell Severo, assessor de comunicação da CUT. “O objetivo do livro é dar voz aos que não tem voz, visibilizar vários temas que continuam sendo solenemente ignorados pela mídia ou inteiramente deformados. A ideia é fortalecer a luta pela democratização e a mobilização dos movimentos sociais por um novo marco regulatório”, afirmou Severo

A intenção do autor é fazer com que as pessoas enxerguem com um olhar crítico, e não mais passivo, a informação que recebem da velha mídia. O lançamento nacional acontece na terça-feira, 7 de fevereiro, na Livraria Martins Fontes, na Avenida Paulista, em São Paulo.

O livro pode ser adquirido pelo site www.martinsfontespaulista.com.br ao preço de R\$ 20,00.



Serviço:

Livro: Latifúndio Midiota
Autor: Leonardo Severo

Preço: R\$ 20,00

Disponível no site da

Livraria Martins Fontes:

www.martinsfontespaulista.com.br

CONVÊNIO

Parceria entre Sindicato e Wpós oferece descontos para os associados

O convênio entre SEEB/CE e Wpós concede aos associados e aos dependentes bolsas de estudo de até R\$ 2.811,00 nos mais de 170 cursos de pós-graduação à distância. As bolsas incidem sobre o valor integral do curso para pagamento em cheque ou cartão.

Para as áreas de Educação Física, Economia, Biblioteca, Fisioterapia, Saúde, Serviço Social e Teologia, o investimento é de R\$ 4.598,00. Porém, o valor promocional para estes cursos é de R\$ 2.320,00, com 16 parcelas de R\$ 145,00 em cheques pré-datados. Já à vista, é de R\$ 2.099,00. Neste caso, o associado pode parcelar em até oito vezes em cheques pré-datados ou no cartão de crédito.

Já para Administração Pública, Direito, Contabilidade, Língua Portuguesa, Licitação e Contratos, MBA e outros, o investimento é de R\$ 5.160,00. Os associados e os dependentes têm duas opções: cheque parcelado, com desconto de 45,18%, saindo por R\$ 3.040,00, que pode ser

parcelado em 16 vezes, no valor de R\$ 190,00 em cheque pré-datado. Já à vista, o valor com o desconto (de 50,10%) sai por R\$ 2.799,00. Pode ser pago em até 8 vezes em cheques pré-datados ou 8 parcelas no cartão de crédito.

Para o curso de Engenharia, o investimento é de R\$ 7.176,00. A opção é o pagamento por cheque parcelado. Neste caso, o desconto é de 26,42%, ficando em R\$ 5.280,00. Este valor pode ser parcelado em 24 parcelas em cheques pré-datados.

AWpós atende todo o Brasil, com mais de 50 mil alunos matriculados e nota máxima no Enade: 5. Os cursos são administração pública, Direito, MBA, Licitações e Contratos, Língua Portuguesa, Tecnologia da Informação.

A Wpós está localizada na Rua Senador Pompeu, nº 3272, José Bonifácio. Os telefones para contato são (85) 3252.1447 e 3088.7400. Para mais informações sobre os convênios, falar com Girlane Guabiraba, pelo telefone (85) 3252.4266.

Conheça algumas áreas em destaque:

- Administração Pública
- Direito
- MBA
- Licitações e Contratos
- Língua Portuguesa
- Tecnologia da Informação
- E muito mais

* Bolsas sobre o valor integral do curso para pagamento em cheque ou cartão.



(85) 32521447/3088-7400
www.wpos.com.br
Senador Pompeu, nº 2272 – José Bonifácio
Fortaleza/CE

Sindicato dos Bancários do Ceará



Atendimento em todo o Brasil



Mais de 50 mil alunos matriculados



Nota máxima no Enade/MEC

Bancários reivindicam mais segurança e emprego

Na semana passada, os bancos Bradesco, Santander e Safra divulgaram o balanço de 2011, que apontam aumento nos seus lucros em relação ao ano anterior. Os resultados bilionários, porém, contrastam com os números dos investimentos em segurança e da contratação de funcionários.

O Santander Brasil alcançou o lucro líquido de R\$ 7,755 bilhões, o que representa um crescimento de 5,1% em relação a 2010 (R\$ 7,382 bilhões) e 28% do lucro mundial do banco espanhol (a Espanha responde por cerca de 10%, enquanto que a América Latina, liderada pelo Brasil, responde por 51% do lucro do grupo).

Já o Bradesco fechou o ano com o lucro de R\$ 11,19 bilhões, um aumento de 14,2% frente aos R\$ 9,804 bilhões de 2010. Com esse lucro, o Bradesco só ficou atrás dos resultados de Itaú (R\$ 11,708 bilhões) e Banco do Brasil (R\$ 11,296 bilhões), ambos em 2010. Entre os dez maiores lucros anuais da história dos bancos brasileiros, quatro são do Bradesco.

O Safra lucrou R\$ 1,25 bilhão – cifra 19,7% superior na comparação com o ano anterior – e, em dezembro, já efetuou os créditos da segunda parte da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários.

Segurança – No último dia 6/1, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) divulgou o total das despesas em segurança dos bancos. De acordo com a Federação, “os investimentos em segurança cresceram de R\$ 3 bilhões no início dos anos 2000, para R\$ 9,4 bilhões nos últimos anos”.

Esse número, no entanto, está na contramão do total apurado no estudo feito pela Subseção do Dieese da Contraf-CUT, com base nos balanços publicados de janeiro a setembro de 2011. Os cinco maiores bancos do País – Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal, que lucraram no período R\$ 37,9 bilhões – destinaram R\$ 1,9 bilhão em despesas com segurança e vigilância. Na comparação com os números de 2010, constata-se uma queda de 5,45% para 5,20% na relação entre o lucro e os gastos com segurança. Pesquisa nacional feita pela Contraf-CUT e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) aponta ainda 49 mortes em assaltos envolvendo bancos em 2011, um crescimento de 113% em relação a 2010.

“Na retomada da Mesa Temática de Segurança Bancária, cuja primeira reunião em 2012 ainda não foi marcada, vamos cobrar esclarecimentos da Fenaban sobre essa grande diferença entre os números divulgados”, afirma



Raio X de Bradesco e Santander

BRADESCO

Lucro de R\$ 11,19 bilhões, crescimento de 14,2%

• De dezembro de 2010 a dezembro de 2011:

Gerou 9.436 postos de trabalho, um aumento de 9,91%, passando de 95.248 funcionários para 104.684.

1.006 novas agências, passando de 3.628 para 4.634, um crescimento de 27,73%.

(Isso ocorreu, sobretudo, em função da perda do Banco Postal, que desde janeiro deste ano está sendo administrado pelo Banco do Brasil)

SANTANDER

Lucrou de R\$ 7,755 bilhões, crescimento de 5,1%

• De dezembro de 2010 a dezembro de 2011:

Gerou 196 empregos, aumento de 0,36%, passando de 54.406 funcionários para 54.602.

154 novas agências, de 2.201 para 2.355, um aumento de 7% (esse número, no entanto, fica bem abaixo do que havia sido prometido pela direção do banco).

o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

Segundo o dirigente sindical, o objetivo é saber quanto é investido em vigilância, transportes de valores e equipamentos de prevenção contra assaltos e sequestros, como portas giratórias, câmeras de monitoramento em tempo real, vidros blindados nas fachadas, biombos, divisórias individualizadas entre os caixas e abertura e fechamento de unidades por empresas especializadas em segurança, dentre outros itens.

Contratações – Apesar dos lucros estrondosos, Bradesco e Santander estão em dívida com o emprego bancário. Juntos, os dois lucraram R\$ 18,803 bilhões, conforme levantamento da Subseção do Dieese na Contraf-CUT. Apesar disso, eles geraram apenas 9.632 postos de trabalho, o que contribui muito pouco para reaquecer a economia e melhorar as condições de trabalho da categoria e o atendimento dos clientes.

“Os bancos novamente tiveram lucros estrondosos sem oferecerem contrapartidas para o desenvolvimento econômico e social do País”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da

Contraf-CUT. Os bancários são os verdadeiros provedores do bom desempenho do sistema financeiro, trabalhando sob pressão, sobrecarga de trabalho e assédio moral para cumprir as metas abusivas. Além disso, os bons resultados são reflexos das altas taxas de juros praticadas no Brasil, que punem outro grande responsável pelos lucros: o cliente.

“Queremos que os ganhos dos bancos impactem na ampliação do emprego, na distribuição da renda e na inclusão social de milhões de brasileiros, com atendimento bancário de qualidade, com assistência financeira, segurança e sigilo protegido. E que o bancário seja respeitado, valorizado profissionalmente, tratado com dignidade”, destaca Carlos Cordeiro.

PLR – Embora a data limite para a divulgação do balanço de 2011 seja dia 1º/3, os bancos já sabem quanto lucraram e, portanto, têm condições de antecipar o crédito para os trabalhadores. Bradesco, Santander e Safra foram as primeiras instituições a apresentar os números – e únicas até o fechamento desta edição da TB. Dia 7/2 será a vez do Itaú e dia 14/2, do Banco do Brasil. Caixa Federal e HSBC não divulgaram a data.

Incorporação do REB ao Novo Plano da Funcef ainda segue pendente

As entidades associativas e sindicais e os representantes eleitos pelos associados para os órgãos de gestão da Funcef exercem pressão permanente sobre a patrocinadora e órgãos governamentais pela conclusão do processo de incorporação do REB ao Novo Plano.

O assunto voltou a ser abordado pelos conselheiros deliberativos eleitos, durante a última reunião do colegiado, ocorrida na quarta-feira (25/1), em Brasília. A informação dos representantes da Caixa Econômica Federal foi de que a conclusão do processo segue pendente de manifestação do Ministério da Fazenda.

A proposta de incorporação do REB ao Novo Plano está em análise naquele Ministério desde o início de 2010. O órgão condicionou sua manifestação favorável à incorporação a ajustes em algumas disposições regulamentares. A solicitação foi prontamente atendida no âmbito da Funcef, mas, até o momento, o Ministério da Fazenda ainda não se pronunciou.

Antes de seguir para os órgãos de controle, a proposta de incorporação foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Funcef, assim como pelas instâncias da Caixa – Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Por se configurar como alteração no regulamento do plano de benefícios, a proposta de incorporação do REB pelo Novo Plano depende, legalmente, de aprovação nos seguintes órgãos/instâncias: Conselho Deliberativo da Funcef, Conselho Diretor e Conselho de Administração da Caixa (patrocinadora), Ministério da Fazenda, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A Funcef tem envidado esforços para aprovar a incorporação do REB ao Novo Plano, por entender que a proposta atende aos anseios dos participantes e cumpre todas as exigências legais. Mas, apesar de exigir a aprovação dos órgãos de controle da Caixa, a legislação não estabelece prazo para que o Ministério da Fazenda se posicione acerca de propostas de alteração regulamentar de plano de benefícios.

Após a aprovação do Ministério da Fazenda e do Dest, a proposta poderá ser encaminhada à Previc, a quem compete a apreciação final das novas regras. Neste caso, a legislação prevê o prazo de 90 dias para o órgão se manifestar sobre a mudança.



DESEMPREGO

Pesquisa mostra queda na taxa de emprego

O Dieese e a Fundação Seade divulgaram as pesquisas relativas à taxa de desemprego no ano de 2011. A taxa média de desemprego no País caiu em 2011, passando de 11,9%, em 2010, para 10,5% no ano passado. A pesquisa foi feita em sete regiões do País e o resultado divulgado terça-feira, dia 31/1.

Em dezembro, a taxa recuou para 9,1%, ante 9,7% em novembro. Esta é menor taxa verificada desde o início da série histórica, em janeiro de 1998. No mesmo mês, havia 2,020 milhões de pessoas empregadas no País, 142 mil a menos do que em novembro.

A taxa registrada em São Paulo caiu de 9,5%, em novembro, para 9%, em dezembro, quarta queda consecutiva e o menor número registrado da série histórica. Em dezembro, o nível de ocupação cresceu 0,6% nas sete regiões metropolitanas. Neste mês, o total de ocupados nas regiões foi estimado em 20,2 milhões, para uma PEA (População Economicamente Ativa) de 22,2 milhões.

A taxa de desemprego apresentou recuo em todas as regiões, com reduções mais significativas registradas em Salvador (recuo de 15,5%, em novembro, para 14,1%, em dezembro), Belo Horizonte (de 5,7% para 5,2%) e Porto Alegre (de 7% para 6,4%). No Distrito Federal,

houve redução da taxa de 11,9% para 11%, seguida por Recife (de 12,8% para 12,2%) e Fortaleza (de 8,2% para 7,7%).

Os setores que mais tiveram alta foram os serviços, com abertura de 272 mil vagas, alta de 2,6%; no comércio, com 73 mil novas vagas, alta de 2,3%; na indústria (33 mil vagas, alta de 1,1%) e na construção civil (65 mil novas vagas, alta de 5%).

Em 2011, o total de ocupados nas sete regiões pesquisadas foi estimado em 19,8 milhões de pessoas, para uma PEA (População Economicamente Ativa) de 22,1 milhões.

RENDIMENTO – Em novembro, o rendimento médio real dos ocupados (descontada a inflação) cresceu 0,7% no País, ficando em R\$ 1.443,00. Já o dos assalariados apresentou alta de 1,4%, para R\$ 1.506,00. Esta é a terceira alta no rendimento consecutiva (após oito quedas e estabilidade nos meses de julho e agosto).

Nos últimos 12 meses, o rendimento médio dos ocupados apresentou alta de 0,2% (para R\$ 1.412,00), enquanto a dos assalariados recuou 0,2% (para R\$ 1.467,00). O rendimento real foi fortemente impactado pela inflação de 2011 (de 6,50%, segundo IBGE), aponta Alexandre Loloian, técnico da Seade.

Insegurança

Mais um assalto aterroriza os bancários do BB

A população de Novo Oriente passou no último dia 30/1, por momentos de pânico e medo. Assaltantes voltaram a atacar a agência do Banco do Brasil do município (localizado a 397Km da Capital). Cinco homens, fortemente armados, vestidos com roupas camufladas estilo militar, e encapuzados, invadiram a agência por volta de 12h15. Eles entraram atirando e fazendo reféns populares que estavam nas proximidades da agência, no Centro da cidade.

De acordo com populares e comerciantes, a ação durou aproximadamente 25 minutos. Dois bandidos ficaram do lado externo da agência, pegando pessoas como reféns. Renderam cerca de 14 pessoas, dez na calçada da agência e as demais nas duas esquinas próximas ao local. Enquanto isso, os outros três componentes do bando atiravam para cima e para os lados, bem como para as portas da agência, que foram quebradas.

Dentro da agência ordenaram que as pessoas que estivessem nas filas deitassem no chão. Muitas pessoas estavam na agência, pois era dia de pagamento de aposentados e de movimento no comércio. Pegaram dinhei-

ro de algumas pessoas e da própria agência, cujo valor não foi divulgado pela gerência. Havia, inclusive, um comerciante na fila com um montante de R\$ 13 mil, que foi subtraído pelo bando.

Na saída, os ladrões renderam dois funcionários, que foram levados como reféns e, depois, libertados na localidade de Henrique II, a quatro quilômetros da sede do município.

Os diretores do Sindicato dos Bancários, Bosco Mota, José Eduardo e Cláudio Rocha estiveram na agência no dia 30/1 e constataram o medo e a insegurança dos bancários.

De 2009 para cá já foram três ataques à unidade de Novo Oriente: em 22/12/2009 houve também um assalto com reféns; em 26/02/2010, foi uma tentativa de assalto, mas também foram feitos reféns e agora, no último dia 30.

Aumento da violência –



Foto: SEEB/CE

Esse foi o oitavo ataque a unidades bancárias apenas no primeiro mês de 2012. O Banco do Brasil foi o alvo em cinco vezes: Solonópolis (4/1), Capistrano (6/1), Irauçuba (11/1), Senador Sá (15/1) e agora, em Novo Oriente (30/1). O número de ataques a bancos (furtos, roubos, tentativas, saídas) no Ceará cresceu 300% na comparação entre janeiro de 2011 e o mesmo mês de 2012.

Em janeiro de 2011 foram registrados apenas dois ataques a bancos. O primeiro foi no dia 11 daquele mês, quando dois homens tentaram roubar malotes bancários em uma “chegadinha” no Banco do Brasil de Sobral. Já no dia 14 do mesmo mês, um vigilante foi morto durante ataque a um carro forte.

HSBC

Banco não atende reivindicações sobre PPR/PSV e frustra funcionários

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na manhã da terça-feira (31/1) as negociações com o HSBC, na sede da Confederação, no centro de São Paulo. Essa foi a primeira rodada em 2012, após cobrança da Contraf-CUT pela reabertura do diálogo. O principal ponto da pauta foi a reivindicação de alterações no PPR/PSV de 2011, dentre elas a não compensação dos programas próprios de remuneração variável na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da categoria.

“A negociação frustrou o movimento sindical. Tínhamos a expectativa de que o banco apresentasse algo de concreto com relação ao pagamento do PPR/PSV, no próximo 27/2. Ao contrário, o banco disse que não pode alterar nada em relação ao programa de 2011, mesmo reconhecendo que existem diversas falhas no programa”, critica Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT. “Os bancários vão continuar sendo injustiçados com a compensação do PPR/PSV na PLR”, explica.

“Nos últimos anos tem havido uma grande injustiça com os funcionários. Eles se sentem enganados. Muitos nada recebem de PPR/PSV, apesar de se esforçarem e atingirem as metas. Como o programa próprio é compensado na PLR, na maioria dos casos fica valendo somente o pagamento já assegurado pela negociação nacional dos bancários”, ressalta Miguel.

O dirigente sindical lembra que até no texto do programa de 2011 está prevista a possibilidade da revisão. Este é o caso, uma vez que está assegurado como pagamento do PPR B para toda a área administrativa um valor inferior ao que está assegurado na convenção coletiva da categoria.

Há ainda a possibilidade de o CEO (Chief Executive Officer) do HSBC fazer alterações, que já foram feitas em outras ocasiões para aplicar reduções e alterar o programa.

Miguel lembra que a lei federal nº 10.101/2001 prevê a possibilidade de compensação entre programas próprios das empresas e os ajustados na convenção coletiva. “Mas isso não é obrigatório. Tanto que a maioria dos demais bancos do sistema, que possuem programas próprios, tem garantido o pagamento das duas remunerações”, justifica.

No início do programa próprio de remuneração, os pagamentos eram distintos (PPR + PLR) e não havia metas individuais. Mas ao longo do tempo, o banco vem alterando e piorando o programa não só pela compensação entre os dois programas, como pela diminuição dos valores pagos. As últimas versões do programa pioraram, transformando PTI em PSV e aumentando o descontentamento e os conflitos entre as áreas de negócios e o back office das agências.

Outros pontos – Os temas Emprego, Saúde e Condição do Trabalho e Previdência Complementar estavam na pauta de discussão, mas devido ao tempo escasso não foi possível aprofundá-los.

Emprego – Estão entre as prio-

ridades temas como a terceirização na área gerencial, a realização de contratos temporários também para a gerência e a utilização do Programa Jovem Aprendiz nas agências para os chamados ‘papa filhas’. Para a discussão sobre o tema ficou agendada nova reunião ainda no mês de fevereiro.

Saúde e condições de trabalho – Muitas são as demandas apresentadas pelos bancários adoecidos no ambiente interno do banco, inclusive com a necessidade de afastamento do trabalho. Os dirigentes sindicais acordaram com o banco a criação de um grupo específico e paritário para levar adiante o processo de debate sobre o tema.

Previdência Complementar – Apesar de ser uma reivindicação antiga dos bancários, o HSBC em dezembro de 2011 lançou unilateralmente um novo plano de contribuições, contemplando apenas os funcionários com remuneração superior a R\$ 3,5 mil, variando os aportes paritários entre 0,5% e 9%, dependendo da faixa salarial. A proposta dos bancários é que se tenha um plano de previdência complementar efetivo e que a massa de funcionários não sirva apenas de forma garantidora de pagamento aos maiores salários. Ficou acordada, sem agenda definida, a retomada dos debates.

Reivindicações dos funcionários do HSBC

- A separação e não compensação dos programas próprios da PLR;
- A garantia de um pagamento mínimo a todos, independentemente da performance;
- A negociação direta do programa com o movimento sindical;
- O fim das metas abusivas;
- A não imposição de metas individuais e sim coletivas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fórum Social Temático termina com propostas alternativas à Rio+20

De olho na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorre em junho, no Rio de Janeiro, o Fórum Social Temático (FST) terminou no domingo (29/1), em Porto Alegre, com uma agenda de propostas alternativas à negociação formal que será conduzida pelos governos na conferência.

Com o tema Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, o FST foi a primeira etapa da Cúpula dos Povos, reunião que deverá acontecer paralelamente à Rio+20, como contraponto às negociações formais, em um espaço de manifestação da sociedade civil organizada.

As questões ambientais e a Rio+20 dividiram espaço com debates de temas tradicionais do Fórum Social Mundial, como a crítica ao neoliberalismo, a defesa de causas sindicais e o fortalecimento da educação.

No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, 28/1, o tema também virou assunto no FST, com um evento que lembrou os oito anos do assassinato de três fiscais do trabalho, no episódio conhecido como Chacina de Unai. Procuradores cobraram respostas do Poder

Judiciário, que ainda não levou a julgamento os nove indiciados pelos crimes, entre eles, o prefeito da cidade mineira de Unai, Antério Mânica, e o irmão dele, Norberto Mânica, acusados de serem os mandantes. A ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, será a prioridade legislativa da secretaria este ano.

Além do FST, em Porto Alegre, mais 25 eventos devem compor a agenda do Fórum Social Mundial em 2012, entre eles o Fórum Social Palestina Livre, marcado para o fim de novembro, também na capital gaúcha.

Nova edição no RS em 2014 – Um dia após o encerramento do Fórum Social Temático (FST) 2012, as organizações e movimentos sociais que compõem o Comitê Organizador Local fizeram um balanço positivo. Segundo o Comitê, o Fórum Social Mundial retornou a Porto Alegre definitivamente, com edições internacionais todos os anos pares, quando não houver fóruns centralizados.

STF

Cresce número de causas trabalhistas que aguardam julgamento

A chegada da ministra Rosa Maria Weber ao Supremo Tribunal Federal (STF), vinda do Tribunal Superior do Trabalho (TST), poderá ser acompanhada de um aumento nas causas trabalhistas levadas ao tribunal. O crescimento de processos na área é verificado na lista de recursos encaminhados aos ministros como “representativos de controvérsia” – do qual irão selecionar as ações a serem levadas a julgamento. Nessa pré-seleção, 67% dos casos tratam de questões trabalhistas, previdenciárias e relativas a servidores públicos, um número considerado alto.

A lista de processos reunidos para a seleção dos ministros traz atualmente um total de 52 casos, dos quais 35 tratam de questões decorrentes das relações de trabalho. Esses processos, os tais “representativos de controvérsia”, são encaminhados ao Supremo pelos tribunais de segunda instância, ou selecionados pelos próprios ministros. Depois, a relação é encaminhada para análise no plenário virtual do Supremo, onde os ministros decidem se o caso tem ou não repercussão geral. Dos 108 casos já julgados pelo Supremo por esse mecanismo, menos de um terço tratavam de questões trabalhistas, previdenciárias e de servidores públicos.

Rosa é a segunda ministra do STF proveniente do TST – o outro é o ministro Marco Aurélio Mello, indicado para ocupar uma cadeira no Supremo há 21 anos.

Para o ministro Marco Aurélio Mello, no entanto, a chegada de mais uma ministra especializada em direito do trabalho não implicará em um crescimento do número de decisões na área. “Não aumentará nem diminuirá, porque a ordem jurídica permanece a mesma”, afirma.

O ministro reconhece, no entanto, que o Supremo tem julgado “muito pouco no campo do direito do trabalho”. Para ele, isso se explica pelo fato de que, em geral, os assuntos trabalhistas são regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), e não pela Constituição. “Difícilmente chega um conflito de interesse trabalhista ao Supremo”, diz Mello. Talvez seja por isso que o grande número de processos da área atualmente encaminhados à Corte, como representativos de controvérsia, venha chamando a atenção de advogados atuantes na área do trabalho.

Muitos desses casos poderão afetar os procedimentos de grandes empresas – se realmente forem selecionados para julgamento. Um exemplo é o processo por meio do qual será avaliado se o tempo que o empregado gasta de deslocamento do portão da fábrica até o local em que bate o ponto integra ou não a jornada de trabalho. Em grandes montadoras e siderúrgicas, esse tempo pode ser superior a meia hora. O TST já determinou que o período conta como horas de trabalho. O caso agora poderá chegar ao Supremo por três recursos da Volkswagen. A ministra Rosa Maria Weber é a relatora de um deles.

Outra tese classificada como representativa de controvérsia discute o prazo para empregados entrarem com ações pedindo indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidentes de trabalho. A Justiça trabalhista permite que o trabalhador processe a empresa até dois anos depois do término do contrato de trabalho, para pedir verbas retroativas a cinco anos. Mas o Código Civil permite somente um prazo de três anos para a recuperação de danos, a partir da ocorrência do fato. Caso o Supremo decida julgar o assunto, terá que optar pela aplicação do direito trabalhista ou do Código Civil.

Mais um caso importante discute se os sindicatos poderão, em negociações coletivas, conceder vantagens aos trabalhadores da ativa que não sejam estendidas aos aposentados. Mais uma vez, o Supremo terá que definir primeiro se é um caso de repercussão geral, para depois levá-lo ou não a julgamento.



Gerente de Recursos Humanos visita o Sindicato

O gerente de Recursos Humanos do Banco Safra, Oscar Favarão, visitou na sexta-feira, dia 27/1, a sede do Sindicato dos Bancários do Ceará. Ele foi recebido pelo funcionário do Safra e diretor do Sindicato, Mateus Neto. Ele apresentou as instalações do Sindicato ao gerente.

Participaram da reunião ainda os diretores Gustavo Tabatinga, funcionário do Banco do Brasil, Ribamar Pacheco, funcionário do Itaú e Robério Ximenes, funcionário do Bradesco. Na reunião, o gerente relatou aos diretores como alguns assuntos

relativos ao funcionalismo como ponto eletrônico, cobertura de plano de saúde e plano de carreira são administrados no Banco. “Vocês recebem o feedback dos funcionários. Eles não contam para nós, mas contam para vocês. Queremos ouvir mais”, disse Favarão.

Favarão destacou a política de emprego do banco, o qual segundo ele, tem o plano de carreira para os funcionários, que entram e são promovidos. “Nossos funcionários, são antigos. Começam do Caixa, TSB, TSB3, Administrativo. Nós não

pegamos do mercado em nenhum estado”, explicou.

Durante o diálogo, o diretor Mateus Neto pediu o apoio do gerente na questão de melhor oferta do plano de assistência médica Saúde Bradesco, que na avaliação do diretor, está defasado, causando dificuldade aos funcionários, devido ao baixo investimento do banco.

No Ceará, o Banco Safra tem duas agências e uma casa de câmbio no aeroporto. “Tenho um carinho grande pelo Ceará. Aqui inaugurei as duas agências”, concluiu o gerente.

TRABALHO À DISTÂNCIA

Ministros do TST avaliam regulamentação

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) resolveu se antecipar à discussão sobre as regras para os serviços prestados a distância. A Corte pretende discutir uma resolução interna para regulamentar a questão. Isso ocorre em razão da Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011. A norma determinou que as empresas não devem mais distinguir se os funcionários realizam o serviço na sede das companhias ou a distância para efeitos de reconhecimento dos direitos empregatícios.

Na quarta-feira (1º/2), os ministros do tribunal se reuniram para votar as regras para o trabalho a distância para os funcionários do próprio tribunal. Segundo o presidente da Corte, ministro João Oreste Dalazen, a resolução serve de exemplo para que empresas e até mesmo outros órgãos públicos adotem regulamentações semelhantes. “O importante é que no âmbito privado cada empresa proponha a sua regra”, afirmou Dalazen.

De acordo com a proposta de resolução do TST, os chefes de unidades não poderão trabalhar fora do tribunal. Já os trabalhadores que aderirem às regras do serviço a distância deverão cumprir metas rígidas. Eles vão ser cobrados para superar em 15% os resultados de quem continua fisicamente no serviço. Além disso,

vão ter objetivos diários, semanais e mensais para cumprir.

Outra regra importante estabelece que o funcionário, ao atuar fora do local de serviço, terá de manter os seus contatos telefônicos e de e-mails atualizados e totalmente à disposição para atender às demandas dos chefes. Com isso, o funcionário que trabalhar fora do local de serviço deverá permanecer acessível aos seus chefes imediatos.

Pela proposta em discussão, apenas os responsáveis por cada unidade podem definir quais funcionários trabalharão fora das dependências do tribunal. Os chefes seguirão regras para delimitar a preferência do trabalho a distância dentro de suas equipes. Deficientes físicos terão prioridade na lista dos que querem trabalhar em casa. Quem estiver em período de experiência, não poderá trabalhar de casa.

O TST também pretende estipular que os serviços de atendimento ao público serão mantidos com capacidade plena de funcionamento. Com isso, se uma unidade tiver encaminhado funcionários que atendiam o público para trabalhar em casa, eles terão de ser repostos por outros que permanecerão obrigatoriamente no tribunal.

A proposta de resolução também prevê que quem trabalhar fora deve reunir-se com o chefe

imediatamente a cada 15 dias, no máximo, para apresentar resultados, ainda que parciais. Ou seja, o funcionário não pode ficar mais do que 15 dias sem aparecer no serviço fisicamente. Outra regra importante para o serviço público e que pode ser aplicada também por empresas privadas prevê o sigilo de informações por aqueles que levam processos e documentos para casa. De um lado, isso facilita a vida do funcionário, que poderá deslocar documentos do serviço para a sua residência. De outro, a norma cobra a responsabilidade no trabalho à distância. O TST também deve fixar que cabe ao próprio funcionário providenciar computador e outros materiais necessários para o trabalho de casa.

“De certo modo queremos ensinar a possibilidade do trabalho a distância sob certo controle e sempre factível de aferição do trabalho do servidor”, explicou Dalazen.

O presidente do TST não tem conhecimento de empresas que adotaram regras para o trabalho a distância, mas acredita que elas serão cada vez mais comuns, principalmente em setores envolvendo tecnologia. No setor público, o Tribunal de Contas da União (TCU) adotou regras para centenas de servidores que realizam atividades externas, como auditores.

HACKERS

Sites de bancos brasileiros atacados em protesto contra corrupção

Os sites dos principais bancos brasileiros foram alvo de hackers na última semana. Até o fechamento desta edição, os sites do HSBC, Banco do Brasil, Bradesco, Citibank, PanAmericano, BGM, Itaú e até o site do Banco Central haviam ficado fora do ar durante determinado tempo. A página da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) também apresentou problemas.

O site do HSBC foi atacado na quinta, 2/2, por volta do meio dia (horário de Brasília). O site do BB ficou instável durante a manhã da quarta-feira (1º/2), chegando a ficar fora do ar próximo das 10h. Na segunda-feira (30/1), o site do Itaú também ficou fora do ar e, na terça-feira (31/1), foi a vez do site do Bradesco ter uma queda.

O Itaú afirmou que apenas passou por uma instabilidade temporária. Já o Bradesco afirmou que teve uma sobrecarga acima do normal, mas não confirmou que sofreu ataques. O canal de internet banking do Bradesco recebeu mais do que o dobro da quantidade usual de acessos, o que causou lentidão e fez com que alguns clientes não conseguissem entrar na página na primeira tentativa, segundo o diretor-vice-presidente da instituição Aurélio Conrado Boni.

O grupo hacker Anonymous assumiu a autoria dos ataques. Em mensagem publicada no Twitter, eles afirmam que o “alvo foi atingido” e que o site do banco tal “está à deriva”.

Embora os ataques aos sites não tenham sido confirmados pelas instituições, o Anonymous anunciou no microblog que realizaria ataques a diversos sites de bancos brasileiros.

Segundo o grupo, a ação bati-

zada de #OpWeeksPayment é um protesto contra a corrupção e seria feita ao longo da semana com o intuito de deixar a cada dia um serviço de internet banking fora do ar por pelo menos 12 horas. Ainda de acordo com o Anonymous, a semana foi escolhida para as ações, pois concentra dias em que a maioria das empresas fazem o pagamento de salários a seus funcionários e, portanto, quando os sites de internet banking têm maiores demandas de acesso.

“Redes zumbi” – Os ataques aos sites de bancos brasileiros podem ter uma ligação com o mundo do crime digital. Segundo especialistas em segurança, os grupos que realizam ataques que tiram sites do ar – a negação de serviço, ou DoS, na sigla em inglês – lançam mão da mesma estrutura usada por criminosos para roubar informações de internautas: as redes de computadores zumbi, ou botnets. Essas estruturas são criadas quando computadores conectados à internet são infectados por programas conhecidos como “cavalos de tróia”. Formadas por milhares de computadores, essas redes dão aos hackers o poder de fogo necessário para tirar do ar sites da internet, segundo José Antunes, gerente de engenharia de sistemas da empresa de segurança da informação McAfee.

Segundo Antunes, a McAfee detectou que as redes usadas nos ataques às instituições brasileiras são as mesmas das usadas na semana anterior por grupos estrangeiros para tirar do ar os sites do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e da polícia federal americana, o FBI.

CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

Alimente-se de notícias



7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole Canal 26



JUSTIÇA

TRT/RS condena Santander a reintegrar e indenizar funcionário com LER

Por decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/RS), o Santander deve indenizar em R\$ 39 mil um empregado que contraiu doenças osteomusculares relacionadas com o trabalho (Dort) e lesões por esforços repetitivos (LER). Do valor, R\$ 20 mil referem-se a danos materiais e R\$ 19 mil a danos morais.

A decisão confirma sentença da juíza Lígia Maria Fialho Belmonte, da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, porém os desembargadores do TRT/RS diminuíram os valores indenizatórios em 50%. Mesmo assim, tanto o banco quanto o trabalhador ainda podem recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Admitido em janeiro de 1985 e

despedido em fevereiro de 2009, o funcionário alegou que estava em licença médica no momento da dispensa, recebendo benefício previdenciário. Anexou atestados médicos e laudos periciais ao processo. Os documentos demonstraram que as lesões foram agravadas pelo trabalho.

A magistrada também concedeu antecipação de tutela para a reintegração imediata do empregado, que tinha direito a estabilidade no emprego por um ano após a alta previdenciária. Conforme o diretor de Saúde da Federação dos Bancários do RS, Juberlei Bacelo, essa era a prática do Santander: intimidar e demitir empregados doentes.

Sindicato dá continuidade a reuniões no BNB

Durante os dias 2 e 3/2, o Sindicato dos Bancários do Ceará deu continuidade ao ciclo de reuniões nas agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), dessa vez visitando as unidades da Bezerra de Menezes e Gomes de Matos (Montese). As visitas tem como objetivo realizar um debate com o funcionalismo sobre as reivindicações da pauta específica aprovada em Congresso e discutida com o Banco na mesa permanente de negociação.

Durante as reuniões foram abordadas questões relacionadas à implantação do ponto eletrônico, isonomia, Camed, Capef e revisão do PCR, dentre outras.

Sobre a revisão do PCR, o Sindicato informou aos funcionários que é necessária muita mobilização para se alcançar essa conquista, pois as instâncias governamentais não vêm sinalizando sobre a aprovação dessa demanda.

O mesmo se aplica à luta pela isonomia – questão que abrange todas as empresas estatais e que conta com projeto de lei sobre o tema, mas que pouco têm avançado nos últimos anos. O Sindicato defende ampliar sua ação nesse âmbito com o ingresso de uma ação coletiva para todos os bancários, pleiteando a isonomia de tratamento em relação a benefícios como licença-prêmio para funcionários que têm mais de 30 anos de Banco e admitidos a partir do ano 2000 que pleiteiam também o anuênio e o auxílio material escolar.

Quanto ao ponto eletrônico, o Banco prometeu a instalação das máquinas durante o mês de fevereiro. Há ainda uma negociação com o BNB quanto à criação de algumas flexibilizações no sistema. Entretanto, o



Agência da Bezerra de Menezes



Agência da Gomes de Matos (Montese)

Banco ficou de apresentar uma proposta de acordo e o Sindicato está aguardando para analisar do ponto de vista político e jurídico.

Os funcionários questionaram ainda sobre a abertura de novas agências, mas o Sindicato informou que o governo federal ainda não autorizou a contratação de pessoal. Já quanto à situação dos cerca de 1.200 aposentados pelo INSS que continuam no Banco, o Sindicato reforçou que é necessária a revisão do benefício previdenciário do Plano BD da Capef para a solução da questão.

Sobre a Camed, o SEEB/CE informou que o equilíbrio financeiro da Caixa de Assistência precisa

ser alcançado, sem onerar ainda mais os funcionários. Para isso, defende a criação de um Fundo de Assistência à Saúde para custear despesas não acompanhadas no rol de eventos da Camed, despesas odontológicas e com aquisição de óculos e medicamentos, bem como rever a co-participação financeira do associado e a taxa de proteção financeira. Os associados do Plano Natural será consultada sobre esses assuntos através de pesquisa.

As visitas devem continuar e acontecem também em agências do interior do Estado e brevemente serão retomadas nas unidades da Direção Geral.

Sindicato estranha cobrança de autorização para BNB acessar dados do imposto de renda de funcionários

O Sindicato dos Bancários do Ceará encara com estranheza a iniciativa da Diretoria Administrativa do Banco do Nordeste do Brasil de somente agora vir a por em prática dispositivo legal datado de 1992 (lei 8429/92) que exige do funcionário da administração direta, indireta ou fundacional dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Superintendência da Receita Federal.

A cobrança do BNB em relação ao assunto ocorria, até então, limitada aos ocupantes de funções comissionadas e, ainda assim, somente do nível de Gerente Executivo para cima. Os demais funcionários não eram cobrados pela empresa, daí a surpresa que o envio de formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas causou, principalmente entre os funcionários sem comissão e

aqueles que ocupam funções sem poder de gestão.

Parecer do departamento jurídico do SEEB/CE, emitido após análise da Lei e de Decreto que a regulamenta, reconhece o direito do BNB em solicitar a autorização prévia ou cobrar cópia de declaração anual dos funcionários, ficando, no entanto, a critério do trabalhador escolher a alternativa que achar melhor. No caso da autorização, a Diretoria Administrativa do Banco informou que somente utilizará as prerrogativas nela contidas, se provocada pelos órgãos de fiscalização do Banco, o que se daria de forma personalizada.

O Sindicato alerta os funcionários do BNB a denunciarem imediatamente qualquer iniciativa da diretoria do Banco que caracterize devassa fiscal coletiva, pois defende o direito dos trabalhadores preservarem o sigilo sobre suas informações fiscais.



OUTROS TOQUES

Insatisfeitos

Pesquisa da empresa Nielsen Holding, especializada em pesquisa de consumo, revela: 12% dos brasileiros usam emagrecedores. A média é superior a da América Latina: 8%. Ainda segundo a pesquisa, os brasileiros são os mais insatisfeitos com a silhueta. Apenas 30% se disseram satisfeitos. 43% se consideram “um pouco acima do peso” e 16% “acima do peso”. Os colombianos, por outro lado, são os mais felizes com a aparência: 44% consideram o seu peso satisfatório e 38% dizem estar um “pouco acima do peso”. A média de satisfação na América Latina é de 37%.

Revisão pelo Teto

Aumentou o número de aposentados beneficiados pela revisão do teto da aposentadoria. O INSS incluiu 37.582 aposentados na lista de pagamento da revisão pelo teto. Esta quantidade se junta aos 131 mil nomes beneficiados logo quando a revisão foi anunciada. Agora são 168.582 com esse direito. Para saber se está entre os que entraram nessa lista, o aposentado pode consultar o site da Previdência ou ligar para o 135.

“Queremos que os ganhos dos bancos impactem na ampliação do emprego, na distribuição da renda e na inclusão social de milhões de brasileiros, com atendimento bancário de qualidade, com assistência financeira, segurança e sigilo protegido. E que o bancário seja respeitado, valorizado profissionalmente, tratado com dignidade”

Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT

Mercado de Trabalho

Pesquisa do IBGE, divulgada em 26/1, revela: cresce o número de pessoas de 50 anos no mercado de trabalho. Em 2011, o crescimento foi de 22%. O número é 0,5 ponto percentual maior do que o apurado em 2010, de 21,5%.

Em 2003, o grupo de 50 anos ou mais representava apenas 16,7% da população ocupada. Segundo o Instituto, no ano passado, os demais grupos etários apresentaram redução ou estabilidade na participação no mercado de trabalho.

Piso para jornalistas

A Câmara analisa o Projeto de Lei 2960/11, do deputado Andre Moura (PSC/SE), que fixa em R\$ 3.270,00 o piso salarial nacional dos jornalistas, com jornada de trabalho de 30 horas semanais. Pela proposta, os proventos serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O projeto foi apensado ao PL 3981/08, do ex-deputado Celso Russomanno. A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> PORTAL DO SINDICATO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SINDICATO	<input type="checkbox"/> OUTROS:
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> RECUSADO
	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
	<input type="checkbox"/> FALCIDO